

1. *Os valores republicanos, laicos e humanistas são estruturantes da vossa acção política? Que questões consideram prioritárias para, na próxima legislatura, aprofundar a liberdade individual e a igualdade dos cidadãos, tomando como referência a cidadania republicana num Estado desejavelmente mais laico?*

O Bloco de Esquerda é um partido socialista e republicano, que tem no seu património de acção política a luta pela laicidade do Estado quando essa luta era entendida como “fraturante” ou mesmo supérflua.

A igualdade de todos/as os/as cidadãos/ãs e a luta contra as discriminações que diminuem o espaço da cidadania individual e coletiva são matrizes essenciais da acção política do Bloco de Esquerda. O programa que apresentamos às eleições legislativas de outubro assume essa prioridade e é nesse sentido que são incluídas propostas concretas de políticas de reforço da igualdade – a criação de um Serviço Nacional de Justiça, o reforço do Serviço Nacional de Saúde e da escola pública, a assunção da igualdade de género como objetivo indeclinável do Estado e da sociedade, a adoção de medidas adicionais de combate à corrupção – tudo isso são formas de servir a cidadania republicana

2. *São favoráveis à revogação da Concordata e à revisão da Lei da Liberdade Religiosa de forma a que esta seja aplicável à igreja católica, progredindo portanto para a igualdade de tratamento das várias comunidades de convicção?*

O Bloco de Esquerda considera a Lei da Liberdade Religiosa como um marco muito relevante do caminho de amadurecimento da democracia portuguesa. O princípio, nela consagrado, do igual respeito por todos os credos religiosos e por todos/as quantos/as não perfilham nenhuma religião afigura-se essencial no presente e no futuro do país, tanto mais quanto – felizmente – a sociedade portuguesa tem vindo a acolher no seu seio muitas pessoas e comunidades que têm acrescentado diversidade às opções sobre esta matéria existentes em Portugal. Esse pilar de uma sociedade alicerçada na tolerância exige uma aplicação determinada e uma efetiva igualdade de tratamento dos diferentes credos. Entre a cultura da tolerância assente na igualdade e a subsistência de tratamentos históricos de privilégio, o Bloco escolhe indiscutivelmente a primeira.

3. *São favoráveis ao fim da educação religiosa na escola pública?*

A inclusão nos currículos da escola pública de elementos formativos quer na área do conhecimento das diferentes religiões, dos seus princípios, da sua história, das suas dimensões sociais e institucionais, quer na área dos debates éticos e do pluralismo de ordens de valores coexistentes nas sociedades modernas deve, no entender do Bloco de Esquerda, ser adequadamente

pensada. Coisa bem diferente, e claramente deslocada, é a inclusão na escola pública de elementos de ensino confessional.

4. *São favoráveis a que termine a isenção fiscal excepcional de que goza a Universidade católica, e que cria condições desiguais de concorrência?*

Como se pode ver em <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/03-mar-2019/interior/privilegios-da-catolica-em-risco-ps-e-be-admitem-rever-isencoes-10638373.html> e em <https://tvi24.iol.pt/videos/sociedade/para-uma-ipss-ter-beneficios-fiscais-tem-de-fazer-uma-requisicao-ao-ministerio-das-financas/5c64947e0cf232f8cfbbc3db?fbclid=IwAR3feuLpKkfgCOkXOuDCygbHZD0HfSEu5fRVyb3oY72YI3po1lMAMRx6Sgs>, o Bloco de Esquerda é totalmente favorável à cessação desse tratamento fiscal injustificável.

5. *Têm alguma objecção de princípio à legalização da morte assistida?*

O Bloco de Esquerda apresentou na última legislatura um projeto de lei para a despenalização da morte assistida. Fizemo-lo porque entendemos que a liberdade de decisão de todas as pessoas relativamente ao seu fim de vida deve prevalecer, como direito pessoal, sobre quaisquer outras considerações. Não tendo essa iniciativa legislativa – nem as de outras forças políticas no mesmo sentido – tido vencimento, o Bloco de Esquerda inclui no seu programa eleitoral para as eleições de outubro o compromisso claro de apresentar na próxima legislatura uma nova iniciativa legislativa para a despenalização da morte assistida nos mesmos termos que constavam do nosso anterior projeto.

6. *Consideram desejável que o Estado, através dos Censos nacionais, comece a recolher dados sobre a pertença «étnico-racial», e que continue a fazê-lo sobre a opção religiosa dos cidadãos usando as categorias actuais?*

No seu programa para as próximas eleições legislativas, o Bloco de Esquerda inclui a proposta de que os Censos consagrem a recolha de informação sobre pertença etno-racial. Fazemo-lo porque partilhamos por inteiro a opinião de muitos movimentos de luta contra a discriminação racial e étnica de que é fundamental dar visibilidade à diversidade etno-racial de Portugal e que o conhecimento preciso dessa realidade é indispensável para a elaboração de políticas anti-discriminação determinadas e corajosas.